



Sumário

Apresentação, 19

Prefácio, 25

Nota do Autor à 5ª edição, 27

Parte I – Introdução ao Direito Civil, 29

- 1 INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL, 31
 - 1.1 Tipicidade, 34
- 2 FONTES DO DIREITO, 37
 - 2.1 Lei, 38
 - 2.1.1 Classificação das leis, 40
 - 2.2 Costume, 44
 - 2.3 Doutrina, 47
 - 2.4 Jurisprudência, 49
 - 2.5 Analogia, 52
 - 2.6 Princípios gerais de Direito, 53
 - 2.7 Equidade, 54
- 3 DIREITO ROMANO, 57
 - 3.1 Que se entende por Direito Romano – sua importância, 57
 - 3.2 Fases do Direito Romano – sua divisão, 59
 - 3.2.1 Período Régio, 60
 - 3.2.2 Período da República, 62

- 3.2.3 Período do Principado, 71
- 3.2.4 Período da Monarquia Absoluta, 73
- 3.3 Sistema do *Ius Civile*, 74
- 3.4 Sistema do *Ius Gentium*, 76
- 3.5 Codificação de Justiniano – outras codificações, 78
 - 3.5.1 Código, 81
 - 3.5.2 *Digesto*, 81
 - 3.5.3 *Institutas*, 84
 - 3.5.4 *Novelas*, 85
 - 3.5.5 Características e importância geral da compilação de Justiniano, 85
 - 3.5.6 Destino da codificação de Justiniano, 86
- 3.6 Direito Romano e moderno Direito Civil brasileiro, 87
- 4 DIREITO CIVIL, 89
 - 4.1 Direito Privado em face do Direito Público, 90
 - 4.2 Direito Civil como um ramo do Direito Privado, 92
 - 4.3 Importância do Direito Civil, 94
 - 4.4 Objeto do Direito Civil, 96
 - 4.5 Fontes do Direito Civil, 97
- 5 SISTEMAS JURÍDICOS, 99
 - 5.1 Que se entende por sistema jurídico, 99
 - 5.2 Por que estudar os fundamentos dos vários sistemas jurídicos, 101
 - 5.3 Sistemas jurídicos no mundo contemporâneo, 102
 - 5.3.1 Introdução ao sistema romano-germânico, 103
 - 5.3.2 *Common Law*, 103
 - 5.3.3 Relações entre os sistemas romano-germânico e o *Common Law*, 108
 - 5.3.4 Direitos socialistas, 109
 - 5.3.5 Sistemas filosóficos e religiosos – Direito chinês e Direito japonês, 111
 - 5.4 Sistema romano-germânico: características, 113
 - 5.4.1 Universidades, 114
 - 5.4.2 Dos costumes à codificação, 117
 - 5.4.3 Novas tendências, 118
- 6 CODIFICAÇÃO, 121
 - 6.1 Introdução, 121
 - 6.1.1 Efeitos positivos e negativos da codificação, 123
 - 6.1.2 Novos rumos da codificação, 124

- 6.2 Código de Napoleão, 126
 - 6.3 Código alemão (BGB), 127
 - 6.4 Outras codificações do século XX, 129
 - 6.5 Técnicas da codificação, 130
- 7 DIREITO CIVIL BRASILEIRO, 131
- 7.1 Direito Civil antes do Código, 131
 - 7.2 As várias tentativas de codificação, 132
 - 7.3 Código Civil brasileiro de 1916, 134
 - 7.4 Tentativas de reforma legislativa, 135

Parte II – Teoria Geral do Direito Civil, 137

- 8 SUJEITOS DE DIREITO (I) – DIREITO ROMANO, 139
- 8.1 Pessoa natural, 139
 - 8.2 Homem sujeito de Direito – *Status libertatis*, 142
 - 8.2.1 Escravidão, 143
 - 8.2.2 Condição de liberto – Patronato, 145
 - 8.3 *Status civitatis*, 146
 - 8.4 *Status familiae*, 147
- 9 SUJEITOS DE DIREITO (II), 149
- 9.1 Pessoa natural, 149
 - 9.2 Começo da personalidade natural, 151
 - 9.2.1 Condição do nascituro, 152
 - 9.3 Incapacidade absoluta no Código de 1916, 154
 - 9.3.1 Menores de dezesseis anos, 155
 - 9.3.2 Loucos de todo gênero no Código de 1916, 156
 - 9.3.3 Surdos-mudos, 158
 - 9.3.4 Ausentes no Código de 1916, 159
 - 9.4 Incapacidade relativa no Código de 1916, 160
 - 9.4.1 Maiores de 16 e menores de 21 anos no Código de 1916, 161
 - 9.4.2 Pródigos no Código de 1916, 163
 - 9.4.3 Silvícolas, 165
 - 9.5 Incapacidades no atual Código, 166
 - 9.5.1 Menoridade, 166
 - 9.5.2 A deficiência mental, 166
 - 9.5.2.1 Ébrios, toxicômanos, deficientes mentais, excepcionais no atual Código, 167

- 9.6 Incapacidade transitória, 168
 - 9.6.1 Surdos-mudos. Deficientes visuais. Perspectivas no atual Código, 169
 - 9.6.2 Ausência no atual Código, 170
 - 9.6.3 Incapacidade relativa no atual Código, 171
 - 9.6.4 Maiores de 16 e menores de 18 anos, 172
 - 9.6.5 Pródigos no atual sistema, 172
- 9.7 Proteção aos incapazes, 173
- 9.8 Emancipação: concessão do pai, mãe ou tutor no Código de 1916, 174
 - 9.8.1 Outros casos de emancipação no sistema de 1916, 176
 - 9.8.2 Emancipação no atual Código, 178
- 9.9 Fim da personalidade natural. A morte presumida no atual Código, 180
 - 9.9.1 Comoriência, 185
 - 9.9.2 Momento da morte, 186
- 9.10 Estado das pessoas, 187
- 9.11 Atos do Registro Civil, 190
 - 9.11.1 Nascimentos, 192
 - 9.11.2 Óbitos, 193
 - 9.11.3 Emancipação, interdição e ausência, 194
 - 9.11.4 Considerações finais, 195
- 10 DIREITOS DA PERSONALIDADE. NOME CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, 197
 - 10.1 Direitos da personalidade. Noção e compreensão, 197
 - 10.1.1 Direitos da personalidade. Características. Enumeração, 199
 - 10.1.2 Tutela dos direitos da personalidade, 201
 - 10.1.3 Legitimidade para a tutela dos direitos da personalidade, 202
 - 10.1.4 Proteção da imagem, nome, privacidade e outros aspectos afins, 203
 - 10.1.5 Direito ao próprio corpo, 207
 - 10.1.6 Pessoa jurídica e direitos da personalidade, 210
 - 10.2 Nome civil das pessoas naturais, 211
 - 10.2.1 Origens históricas, 212
 - 10.2.2 Natureza jurídica, 214
 - 10.2.3 Elementos Integrantes do Nome, 215
 - 10.2.4 Nome: prenome e sobrenome. Possibilidade de alteração, 217

- 10.2.4.1 Alteração do nome da mulher e do marido, 224
- 10.2.4.2 Redesignação do estado sexual e mudança de prenome, 228
- 10.2.5 Proteção do nome, 229



- 11 DOMICÍLIO, 231
 - 11.1 Domicílio no Direito Romano, 232
 - 11.2 Domicílio, residência e moradia, 233
 - 11.3 Unidade, pluralidade, falta e mudança de domicílio, 235
 - 11.4 Importância do domicílio, 237
 - 11.5 Espécies de domicílio, 239
 - 11.5.1 Domicílio de eleição (foro de eleição), 243
 - 11.6 Domicílio da pessoa jurídica, 246

- 12 PESSOAS JURÍDICAS NO DIREITO ROMANO, 249
 - 12.1 Pessoa jurídica – introdução, 249
 - 12.2 Pessoa jurídica no Direito Romano, 250
 - 12.3 Principais pessoas jurídicas, 250
 - 12.4 Capacidade das pessoas jurídicas no Direito Romano, 252

- * 13 PESSOAS JURÍDICAS, 255
 - 13.1 Introdução, 255
 - 13.2 Denominação, 258
 - 13.3 Requisitos para a constituição da pessoa jurídica, 259
 - ↓ 13.4 Natureza da pessoa jurídica, 260
 - 13.4.1 Doutrinas da ficção, 261
 - 13.4.2 Doutrinas da realidade, 262
 - 13.4.3 Doutrinas negativistas, 264
 - 13.4.4 Doutrina da instituição, 264
 - 13.4.5 Conclusão, 265
 - * 13.5 Capacidade e representação da pessoa jurídica, 266
 - * 13.6 Classificação das pessoas jurídicas, 269
 - 13.6.1 Pessoas jurídicas de Direito Privado, 270
 - 13.6.2 Grupos com personificação anômala, 272
 - 13.7 Patrimônio como elemento não essencial da pessoa jurídica, 277
 - 13.8 Responsabilidade civil das pessoas jurídicas, 277
 - 13.8.1 Evolução doutrinária da responsabilidade civil da administração, 281
 - 13.8.2 Art. 15 do Código Civil de 1916. Art. 43 do atual Código, 285
 - 13.8.3 Aplicação da teoria do risco administrativo, 286

- 13.8.4 Responsabilidade por atos legislativos e judiciais, 286
- 13.8.5 Reparação do dano: a ação de indenização, 288
- 13.9 Nacionalidade das pessoas jurídicas, 288
- 13.10 Começo da existência legal da pessoa jurídica, 289
 - 13.10.1 Registro da pessoa jurídica, 291
- 13.11 Sociedades e associações, 293
 - 13.11.1 Associações, 295
 - 13.11.2 Organizações religiosas e partidos políticos, 302
- 13.12 Fundações, 303
- 13.13 Transformações e extinção da pessoa jurídica, 309
- 13.14 Desconsideração da pessoa jurídica, 313

14 BENS EM DIREITO ROMANO, 319

- 14.1 Introdução, 319
- 14.2 As coisas *in patrimonio*, 320
 - 14.2.1 *Res Mancipi* e *res nec Mancipi*, 320
 - 14.2.2 Coisas corpóreas e coisas incorpóreas, 321
 - 14.2.3 Móveis e imóveis, 321
- 14.3 Coisas *extra patrimonium*, 322
 - 14.3.1 *Res humani iuris*, 322
 - 14.3.2 *Res divini iuris*, 323
- 14.4 Divisões modernas de bens, 323
- 14.5 Patrimônio, 324

15 OS BENS E SUA CLASSIFICAÇÃO, 327

- 15.1 Bens e coisas: objeto do direito, 327
- 15.2 Bens corpóreos e incorpóreos, 329
- * 15.3 Móveis e imóveis, 330
 - 15.3.1 Regime dos bens imóveis, 331
 - 15.3.2 Regime dos bens móveis, 337
- 15.4 Bens fungíveis e infungíveis, 339
- 15.5 Bens consumíveis e não consumíveis, 342
- 15.6 Bens divisíveis e indivisíveis, 343
- 15.7 Bens singulares e coletivos, 344
- 15.8 Bens reciprocamente considerados: principais e acessórios. Pertencenças, 347
 - 15.8.1 Frutos, produtos e rendimentos, 350
 - 15.8.2 Benfeitorias, 351
- 15.9 Bens públicos e particulares, 354
- 15.10 Bens que estão fora do comércio, 358

- 16 FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS, 361
 - 16.1 Introdução: os fatos jurídicos, 361
 - 16.2 Negócio jurídico, 365
 - 16.2.1 Classificação dos negócios jurídicos, 366
 - 16.3 Atos jurídicos no Direito Romano, 368

- 17 AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO, DEFESA E EXTINÇÃO DOS DIREITOS, 371
 - 17.1 Aquisição dos direitos, 371
 - 17.1.1 Direitos atuais e direitos futuros, 373
 - 17.1.2 Direitos eventuais, 374
 - 17.1.3 Expectativas de direito, 374
 - 17.1.4 Direitos condicionais, 375
 - 17.1.5 Direitos potestativos, 376
 - 17.2 Modificação dos direitos, 377
 - 17.3 Defesa dos direitos, 378
 - 17.3.1 Legítimo interesse: condições da ação, 381
 - 17.4 Extinção dos direitos, 384

- 18 FENÔMENO DA REPRESENTAÇÃO NO DIREITO: CONCEITO E ESPÉCIES, 387
 - 18.1 Conceito, 387
 - 18.2 Evolução histórica da representação, 388
 - 18.3 Figura do nuncio, 389
 - 18.4 Representação legal e voluntária, 390
 - 18.5 Efeitos da representação, 393

- 19 ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO. PLANOS DE EXISTÊNCIA E VALIDADE, 395
 - 19.1 Elementos, pressupostos e requisitos, 395
 - 19.2 Vontade e sua declaração, 397
 - 19.2.1 Elementos constitutivos da declaração de vontade, 399
 - 19.2.2 Silêncio como manifestação de vontade, 401
 - 19.3 Capacidade do agente, 402
 - 19.3.1 Legitimação, 404
 - 19.4 Forma, 405
 - 19.5 Objeto, 406
 - 19.6 Causa, 409

- 20 INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 413
 - 20.1 Sentido da interpretação dos negócios jurídicos, 413
 - 20.2 Interpretação no Código Civil. A boa-fé, 415

- 21 DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – O ERRO, 419
 - 21.1 Defeitos dos negócios jurídicos, 419
 - 21.2 Erro ou ignorância, 422
 - 21.3 Escusabilidade do erro, 424
 - 21.4 Erro substancial e erro acidental, 426
 - 21.5 Erro consistente numa falsa causa, 430
 - 21.6 Erro de fato e erro de direito, 431
 - 21.7 Art. 141 do Código Civil, 432
 - 21.8 Art. 142 do Código Civil, 433
 - 21.9 Erro de cálculo, 433
 - 21.10 Aceitação da manifestação de vontade errônea pelo declaratório, 433
 - 21.11 Erro e vícios redibitórios, 434
 - 21.12 Erro sobre o valor, 434
 - 21.13 Conseqüências da anulação do negócio por erro – interesse negativo, 435

- 22 DOLO, 437
 - 22.1 Conceito, 437
 - 22.2 Erro e dolo, 439
 - 22.3 Dolo e fraude, 439
 - 22.4 Requisitos do dolo, 440
 - 22.4.1 Dolo essencial e dolo acidental, 441
 - 22.4.2 *Dolus bonus* e *dolus malus*, 442
 - 22.5 Dolo positivo e dolo negativo, 443
 - 22.6 Dolo de terceiro: diferença de tratamento da coação praticada por terceiro no Código de 1916, 445
 - 22.7 Dolo do representante, 447
 - 22.8 Dolo de ambas as partes, 448

- 23 COAÇÃO E ESTADO DE PERIGO, 451
 - 23.1 Conceito, 451
 - 23.2 Requisitos da coação, 453
 - 23.2.1 Essencialidade da coação, 454
 - 23.2.2 Intenção de coagir, 455
 - 23.2.3 Gravidade do mal cominado, 455
 - 23.2.4 Injustiça ou ilicitude da cominação, 456
 - 23.2.5 Dano atual ou iminente, 457
 - 23.2.6 Justo receio de prejuízo igual, pelo menos, ao decorrente do dano extorquido. A posição do atual Código, 458

- 23.2.7 Ameaça de prejuízo à pessoa ou bens da vítima, ou pessoas de sua família, 459
- 23.3 O temor reverencial, 460
- 23.4 Coação por parte de terceiros, 461
- 23.5 Estado de necessidade ou estado de perigo. Situações afins, 462
- 24 LESÃO, 467
 - 24.1 Introdução, 467
 - 24.2 Noção histórica, 468
 - 24.3 Conceito e requisitos, 470
 - 24.4 Lesão e Lei de Proteção à Economia Popular. Código de Defesa do Consumidor, 473
 - 24.5 Procedimento judicial, 475
 - 24.6 Renúncia antecipada à alegação de lesão, 476
 - 24.7 Prazo prescricional, 476
- 25 FRAUDE CONTRA CREDORES, 477
 - 25.1 Introdução, 477
 - 25.2 Noção histórica, 478
 - 25.3 Fraude em geral, 479
 - 25.4 Fraude contra credores, 481
 - 25.4.1 Requisitos, 483
 - 25.4.2 Ação pauliana, 487
 - 25.5 Casos particulares estatuídos na lei, 489
 - 25.5.1 Outros casos particulares de fraude contra credores, 492
 - 25.6 Fraude de execução, 494
 - 25.7 Ação revocatória falencial, 496
 - 25.8 Conclusão, 497
- 26 ELEMENTOS ACIDENTAIS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS: CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO, 499
 - 26.1 Introdução – elementos acidentais do negócio jurídico, 499
 - 26.2 Condição, 500
 - 26.2.1 Condições lícitas e ilícitas, 502
 - 26.2.2 Condição perplexa e potestativa, 503
 - 26.2.3 Condição impossível no Código de 1916, 506
 - 26.2.3.1 Condições que Invalidam o negócio jurídico no atual Código, 507
 - 26.2.4 Condição resolutiva e condição suspensiva, 508
 - 26.2.5 Implemento ou não-implemento das condições por malícia do interessado. Frustração da condição, 512

- 26.2.6 Retroatividade da condição, 513
- 26.2.7 Condição e pressuposição, 515
- 26.3 Termo, 516
 - 26.3.1 O prazo, 518
- 26.4 Encargo, 520

- 27 INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 525
 - 27.1 Introdução ao estudo das nulidades do negócio jurídico, 525
 - 27.2 Nulidade, 526
 - 27.2.1 Conversão do negócio jurídico, 535
 - 27.3 Anulabilidade, 537
 - 27.3.1 Ratificação ou confirmação dos negócios anuláveis, 540
 - 27.4 Distinção entre negócios nulos e negócios anuláveis, 542
 - 27.5 Problemática da inexistência dos negócios jurídicos, 543

- 28 SIMULAÇÃO, 547
 - 28.1 Conceito, 547
 - 28.2 Requisitos, 549
 - 28.3 Espécies de simulação. O art. 102 do Código Civil de 1916, 552
 - 28.4 Simulação absoluta e simulação relativa, 554
 - 28.5 Simulação maliciosa e simulação inocente, 557
 - 28.6 Simulação e defeitos afins. Reserva mental. Reserva mental no Código de 2002, 559
 - 28.7 Ação de simulação, 563
 - 28.8 Prova da simulação, 566
 - 28.9 Simulação no atual Código Civil, 568

- 29 ATOS ILÍCITOS. INTRODUÇÃO. ABUSO DE DIREITO, 571
 - 29.1 Responsabilidade civil, responsabilidade contratual e extracontratual, 571
 - 29.2 Elementos da responsabilidade extracontratual ou aquiliana, 575
 - 29.3 Exclusão ou diminuição da responsabilidade, 580
 - 29.4 Abuso de direito, 585
 - 29.4.1 Conceito de abuso de direito, 586
 - 29.4.2 Alguns exemplos significativos de abuso de direito, 588
 - 29.4.3 Aplicação da teoria do abuso em nosso direito, 590
 - 29.4.4 Abuso de direito no atual Código Civil, 592

- 30 PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA, 593
 - 30.1 Influência do tempo nas relações jurídicas, 593

- 30.2 Prescrição extintiva e prescrição aquisitiva, 595
- 30.3 Síntese histórica da prescrição, 596
- 30.4 Conceito e requisitos da prescrição, 597
 - 30.4.1 Ações imprescritíveis, 599
 - 30.4.2 Prescrição e decadência, 600
 - 30.4.3 Disposições legais sobre a prescrição, 604
 - 30.4.4 Impedimento, suspensão e interrupção da prescrição, 610
- 30.5 Prazos de prescrição no Código de 1916, 622
- 30.6 Prescrição e decadência no atual Código Civil, 623

- 31 FORMA E PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 629
 - 31.1 Conceito, valor e função da forma, 629
 - 31.1.1 Escritura pública e instrumento particular, 634
 - 31.2 Prova dos negócios jurídicos, 636
 - 31.2.1 Meios de prova, 639
 - 31.2.2 Confissão, 640
 - 31.2.3 Atos processados em juízo, 642
 - 31.2.4 Documentos públicos ou particulares, 643
 - 31.2.5 A prova testemunhal, 646
 - 31.2.6 Presunções e indícios, 651
 - 31.2.7 A perícia. A inspeção judicial, 653

Bibliografia, 657

Índice Remissivo, 665